

A dinâmica da indústria de beneficiamento de arroz na pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo - SP

The dynamics of the rice processing industry in the small city of Santa Cruz do Rio Pardo - SP

Franciele Miranda Ferreira Dias

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

franciele.ferreiradias@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8860-1844>

RESUMO

O objetivo do trabalho é discutir de forma teórica e empírica a dinâmica da especialização produtiva no beneficiamento de arroz presente na pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo (SP). Do ponto de vista metodológico, realizou-se o levantamento bibliográfico, interpretação dos elementos teóricos e dados associados à análise empírica. As empresas de beneficiamento de arroz dessa cidade beneficiam também açúcar e feijão, porém há o predomínio do arroz, sendo que os empresários e trabalhadores denominam essas empresas a partir do termo arrozeiras. Apesar de o beneficiamento do grão, realizado nas arrozeiras, empregar ampla mecanização no processo produtivo, não gerando expressivo número de empregos, a cidade desempenha papel relevante na participação no mercado desse alimento, 33% do estado de São Paulo e 10% no âmbito nacional. Conclui-se que a dinâmica que envolve o beneficiamento de arroz manifesta-se através de uma cadeia produtiva que envolve distintos elementos: 1) a matéria-prima, o arroz em casca sem ter passado pelo processo de beneficiamento, é oriunda de Uruguaiana (RS), portanto não presente localmente; 2) as arrozeiras realizam o frete de volta quanto à aquisição da matéria-prima, na medida em que enviam outros produtos beneficiados, principalmente o açúcar, e recebem arroz em casca para o beneficiamento em Santa Cruz do Rio Pardo; 3) unidades de beneficiamento e centros de distribuição estão presentes em outras cidades, objetivando facilitar a logística de escoamento do arroz beneficiado; 4) a destinação final de resíduos envolve outros segmentos produtivos, contribuindo para o reaproveitamento da casca do arroz; 5) destinação de subprodutos do arroz para outros tipos de indústria, quanto ao farelo de arroz, que é utilizado na produção de rações para cães e gatos; 6) a comercialização do arroz beneficiado ultrapassa a escala local, abrangendo o estado de São Paulo, Norte do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Especialização produtiva, Indústria, Pequenas Cidades, Beneficiamento de Arroz, Santa Cruz do Rio Pardo.

ABSTRACT

The objective of the work is to discuss theoretically and empirically the dynamics of productive specialization in the processing of rice, present in the small town of Santa Cruz do Rio Pardo (SP). From a methodological point of view, a bibliographic survey, interpretation of theoretical elements and data associated with empirical analysis was carried out. The rice processing companies in that city also benefit from sugar and beans, but there is a predominance of rice, and businessmen and workers call these companies after the term rice farmers. Despite the processing of rice, carried out in rice fields, employing extensive mechanization in the production process, not generating a significant number of jobs, the city plays an important role in the market share of this food, being 33% from the state of São Paulo and 10% at the national level. It is concluded that the dynamics that involves the processing of rice manifests itself through a production chain that involves different elements: 1) the raw material, the paddy rice without having gone through the process of processing, comes from Uruguaiana (RS), therefore not present locally; 2) the rice farmers carry the freight back regarding the acquisition of the raw material, as they send other processed products, mainly sugar and receive paddy rice for processing in Santa Cruz do Rio Pardo; 3) processing units and distribution centers are present in other cities, aiming to facilitate the logistics of the flow of processed rice; 4) the final destination of waste involves other productive segments, contributing to the reuse of rice husks; 5) destination of rice by-products to other types of industry, regarding rice bran, which is used in the production of dog and cat food; 6) the commercialization of processed rice goes beyond the local scale, covering the state of São Paulo, Northern Paraná and Southern Mato Grosso do Sul.

Keywords: Productive Specialization, Industry, Small cities, Rice Processing, Santa Cruz do Rio Pardo.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o estudo das pequenas cidades envolve duas perspectivas de análise predominantes e não excludentes: 1) O papel na rede urbana; 2) O tamanho populacional. Entretanto, não há consenso sobre o que é uma pequena cidade e os caminhos para sua análise atrelam-se às duas perspectivas citadas, sendo que o papel na rede se pauta na análise das interações econômicas que esse escalão urbano desenvolve em relação às outras cidades da rede urbana na qual se insere. Em tese, esse papel é limitado ao nível imediatamente superior na rede, sendo que as pequenas cidades equivalem aos centros de zona e centros locais (IBGE, 2008).

Também, não há consenso quanto ao aspecto populacional que caracterizaria a pequena cidade, mas uma parcela dos pesquisadores, dentre eles Corrêa (2006), considera que o limite de 50.000 habitantes caracteriza essas cidades. Porém, conforme Santos (1982), o aspecto populacional não deve ser o único válido para tal estudo, devido à importância de se compreender a dinâmica das necessidades das populações atreladas a uma especialização que as cidades podem desenvolver. Para Endlich (2006) o fator populacional é incompleto para identificar uma cidade como pequena, apontando que podem existir inclusive relações hierárquicas entre esses pequenos núcleos urbanos.

É necessário entender sua inserção na rede urbana ou região no contexto socioeconômico, a fim de não igualar cidades com populações análogas que apresentam características sociais e econômicas diferentes. Isto é, deve-se desviar da generalização populacional e também do ideário de que esses núcleos urbanos teriam como função apenas fornecer bens e serviços básicos à população em dado espaço restrito. Assim, pode-se partir do pressuposto de que a pequena cidade é um núcleo urbano diminuto do ponto de vista populacional e com papel restrito na rede urbana.

Apenas nas últimas duas décadas o estudo sobre os pequenos núcleos urbanos tornou-se mais frequente na geografia brasileira, pois, devido à aparente pouca complexidade e imutabilidade social e econômica dessas cidades, parcela majoritária dos estudos ainda está concentrada em cidades médias, grandes e metrópoles. Porém, conforme Corrêa (2006), a partir da década de 1960, as pequenas cidades passaram por mudanças na divisão territorial do trabalho, desencadeadas pelo processo de modernização agrícola, alterando as relações campo-cidade. Esse processo traduziu-se na industrialização das atividades produtivas agropecuárias, na concentração fundiária e nas transformações nas atividades urbanas das cidades, denominadas como refuncionalização urbana.

Para Corrêa (2011) os possíveis padrões funcionais das pequenas cidades no século XXI seriam: 1) submetidas à agricultura capitalista; 2) funcionalmente especializadas em alguma atividade industrial; 3) transformadas em cidades-dormitórios, cuja contiguidade é atrelada às cidades expressivas, do ponto de vista econômico; 4) espaços urbanos que concentram trabalhadores que atuavam no campo, porém perderam seus empregos em decorrência da modernização agrícola e da concentração fundiária; 5) esvaziadas do ponto de vista demográfico e que dependem de recursos econômicos externos.

No presente trabalho, resultado da tese de doutorado da autora (FERREIRA DIAS, 2019) interessa-nos o caso das pequenas cidades que se tornaram especializadas em alguma atividade industrial, centrando-se na especialização produtiva no beneficiamento de arroz, desenvolvido a partir da década de 1970 em Santa Cruz do Rio Pardo.

O objetivo do trabalho é discutir de forma teórica e empírica a dinâmica da especialização produtiva no beneficiamento de arroz presente em Santa Cruz do Rio Pardo. Notou-se que há uma cadeia produtiva que envolve distintos elementos: 1) a matéria-prima, ou seja, o arroz em casca não beneficiado e que ainda não está apropriado para o consumo, é oriundo de Uruguaiana, distante 1.398 km de Santa Cruz do Rio Pardo; 2) frete de volta quanto à aquisição da matéria-prima, consistindo no envio de açúcar que foi beneficiado em Santa Cruz do Rio Pardo em direção a Uruguaiana, de onde ocorre o recebimento de arroz em casca para o beneficiamento na cidade paulista; 3) unidades de beneficiamento e centros de distribuição em outras cidades, com o intuito de facilitar o escoamento da produção; 4) destinação final de resíduos envolve outros segmentos produtivos, no tocante à casca

do arroz; 5) destinação de subprodutos do arroz para outros tipos de indústria, destacando-se o farelo de arroz utilizado pela indústria de rações para cães e gatos; 6) comercialização que ultrapassa a escala local. Esses elementos denotam que essas interações econômicas sobressaem a escala local, revelando maior complexidade, no tocante à rede urbana, tornando factível que Santa Cruz do Rio Pardo desenvolva interações econômicas que sobressaem a rede urbana de Ourinhos, na qual a cidade participa na condição de um centro de zona (FERREIRA DIAS, 2019).

A relevância do trabalho reside na necessidade da expansão e aprofundamento dos estudos sobre as especializações produtivas/funcionais desenvolvidas especificamente em pequenas cidades, dada a pouca quantidade de pesquisas sobre a temática, consistindo principalmente nos estudos de Fresca e Veiga (2012), Veiga e Fresca (2010) e Fresca (2011a, 2005).

Evidentemente que as especializações produtivas/funcionais constituem uma temática bastante discutida quanto às cidades médias/grandes/metrópoles. Por outro lado, o tema distingue-se do estudo dos Arranjos Produtivos Locais - APLs, caracterizados pela ação de atores locais, mobilizando-se de forma coordenada, com o intuito de desenvolver atividades de um dado segmento. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC (BRASIL, 2018), define o APL como uma aglomeração em um mesmo território, cuja especialização produtiva engloba os atores locais e o governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Também não se trata dos circuitos espaciais da produção discutidos por Santos (1988). O autor identificou que a difusão dos transportes associada às melhorias nas telecomunicações contribuiu para a especialização produtiva, formando os circuitos espaciais da produção, os quais se relacionavam à região e englobavam cidades médias e grandes. Não sendo mais necessário produzir tudo o que atenda a subsistência da cidade e existindo transportes mais eficientes, os insumos poderiam ser oriundos de locais distantes, podendo gerar circuitos espaciais da produção.

Santa Cruz do Rio Pardo não reúne esses elementos, não há APL's constituídos referentes à indústria de beneficiamento de arroz, tampouco circuitos espaciais da produção, dado que as outras cidades próximas geograficamente não desenvolvem atividades de beneficiamento de arroz. Com isso, Santa Cruz do Rio Pardo insere-se no caso da especialização produtiva desenvolvida na escala local, a pequena cidade especializada.

Acerca dos aspectos teórico-metodológicos, considera-se a interpretação do referencial bibliográfico e a análise empírica relativa ao trabalho de campo na cidade estudada. As fontes primárias, relativas ao trabalho de campo, consistiram em entrevistas semiestruturadas com os agentes sociais das empresas: 1) arrozeiras Solito, Guacira, São João, Valle Branco, Rosalito, Picinin; 2) indústria de rações para cães e gatos Special Dog; 3) indústria de resíduos de arroz Cidal, 4) Sr. Munehiro Uchida, ex-gerente comercial da indústria de máquinas Suzuki, empresa que teve participação essencial na gênese da indústria arrozeira e na sua consolidação. Os nomes dos agentes sociais entrevistados foram omitidos a pedido dos mesmos, com exceção do Sr. Munehiro Uchida, que permitiu a divulgação.

Nas entrevistas foram coletados dados sobre a participação das arrozeiras quanto à venda do arroz beneficiado, origem da matéria-prima e distribuição da produção, destinação dos resíduos, elementos relativos à criação das arrozeiras e consolidação do setor. A indústria Special Dog foi consultada a fim de compreender quais interações econômicas realiza com as arrozeiras e quanto à aquisição do farelo do arroz, e, no caso da Cidal, como essa empresa disponibiliza os resíduos do arroz para outros setores produtivos.

2. PEQUENAS CIDADES E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Acerca do aspecto populacional, atrelado à definição do que são esses núcleos urbanos, não há consenso. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (IPEA, 2000) e Corrêa (2006) consideram o limite de até 50.000 habitantes. Para Amorim Filho e Serra (2001), essas cidades têm

populações inferiores a 100.000 habitantes, e, de forma oposta, Veiga (2002) estipulou que esse número não ultrapassa 20.000 habitantes.

Para Corrêa (2011), a pequena cidade refere-se às cidades com função administrativa, atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços, sendo “[...] um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa [...]” (CORRÊA, 2011, p.7). Para Fresca (2011b), dentre as pequenas cidades, têm-se aquelas com um limite mínimo de complexidade de atividades urbanas e até mesmo aquelas com funções urbanas mais complexas.

Por sua vez, Corrêa (2006) identificou que, a partir da década de 1960, as pequenas cidades passaram a se reinserir de forma distinta na divisão territorial do trabalho. Algumas delas tornaram-se funcionalmente especializadas em alguma atividade industrial e, para Fresca e Veiga (2012), algumas se especializaram na prestação de serviços.

O viés da especialização produtiva/funcional em pequenas cidades, dissociado da discussão envolvendo os APL's e os circuitos espaciais da produção, ainda é pouco discutido. Com isso, aquelas que, de forma individual, desenvolveram algum tipo de especialização, seja produtiva ou funcional, ainda carecem de mais estudos. No decurso da mundialização do capital e das mudanças na divisão territorial do trabalho, uma parcela desses núcleos urbanos desenvolveu elementos que configuram a especialização em atividades industriais ou na prestação de algum serviço, não contando, no entanto, com um planejamento ou influência estatal na atividade econômica, o que por si configuraria um APL. Também não se insere no caso dos circuitos produtivos.

Em linhas gerais a gênese das especializações produtivas/funcionais liga-se ao contato próximo, que, conforme Fresca (2009), diz respeito à expansão numérica de empresas do mesmo segmento na pequena cidade, através da ação de ex-empregados, sócios ou pessoas de outros ramos produtivos. Ao observar o sucesso de algum proprietário, os demais agentes sociais citados inserem-se na mesma atividade econômica, sem, no entanto, contar com ações políticas que administrem essa expansão (FRESCA, 2009). Portanto, o contato próximo diz respeito às relações de amizade que os agentes sociais possuem e que contribuem para a criação das atividades produtivas que geram a especialização. Porém, no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, adiciona-se que o contato próximo é pautado pelas relações de parentesco entre os agentes sociais.

Para Fresca (2005), as cidades com alguma especialização produtiva inserem-se em pelo menos duas redes urbanas, aquela relativa às localidades centrais (IBGE, 2008), na qual portam-se como centros locais ou centros de zona, desenvolvendo fraca centralidade, e os demais papéis que essas cidades podem exercer em decorrência da singularidade de sua especialização, desempenhando interações econômicas que sobressaem a rede de localidades centrais.

As pesquisas cujo mote são as especializações produtivas/funcionais abordam pequenas cidades do estado do Paraná, a exemplo de Almeida e Fresca (2010) e a indústria metalmeccânica de Assaí, Fresca (2005, 2009, 2011a), discutindo as reinserções de algumas cidades do norte paranaense na rede urbana, Veiga (2014, 2007) e a especialização produtiva na produção de mesas de bilhar relativa à Jaguapitã, e Fresca e Veiga (2012) e o caso da especialização em serviços fotográficos em Santa Fé.

Em suma, a especialização funcional/produtiva relaciona-se às indústrias ou aos serviços e têm diferentes conotações. Parcela das cidades especializadas em alguma atividade industrial ou serviço não constitui destaque nacional, mas se notabiliza por gerar número expressivo de empregos e/ou receita, não eliminando outras atividades econômicas comuns às pequenas cidades. Há ainda o caso das cidades que não geram número expressivo de empregos, mas que apresentam destaque nacional no setor. Por fim, outro segmento relativo à pequena cidade especializada remete à constituição de cadeias produtivas em um setor econômico (FRESCA, 2005)

3. O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO

Santa Cruz do Rio Pardo é uma pequena cidade localizada no Centro-Oeste Paulista, a 356 km da capital São Paulo (**Figura 1**), com população de 47.395 habitantes (IBGE, 2018), sendo caracterizada como um centro de zona B inserido na rede urbana de Ourinhos (IBGE, 2008), o que confere fraca centralidade. Nesse ponto, Santa Cruz do Rio Pardo caracteriza-se como uma pequena cidade, dado o elemento populacional, inferior a 50.000 habitantes, e o papel na rede urbana (CORRÊA, 2006).

O município pauta sua economia no cultivo de cana-de-açúcar, nas indústrias beneficiadoras de arroz, na indústria de rações para gatos e cães, apresentando o setor terciário vinculado à prestação de serviços ao setor industrial mencionado.

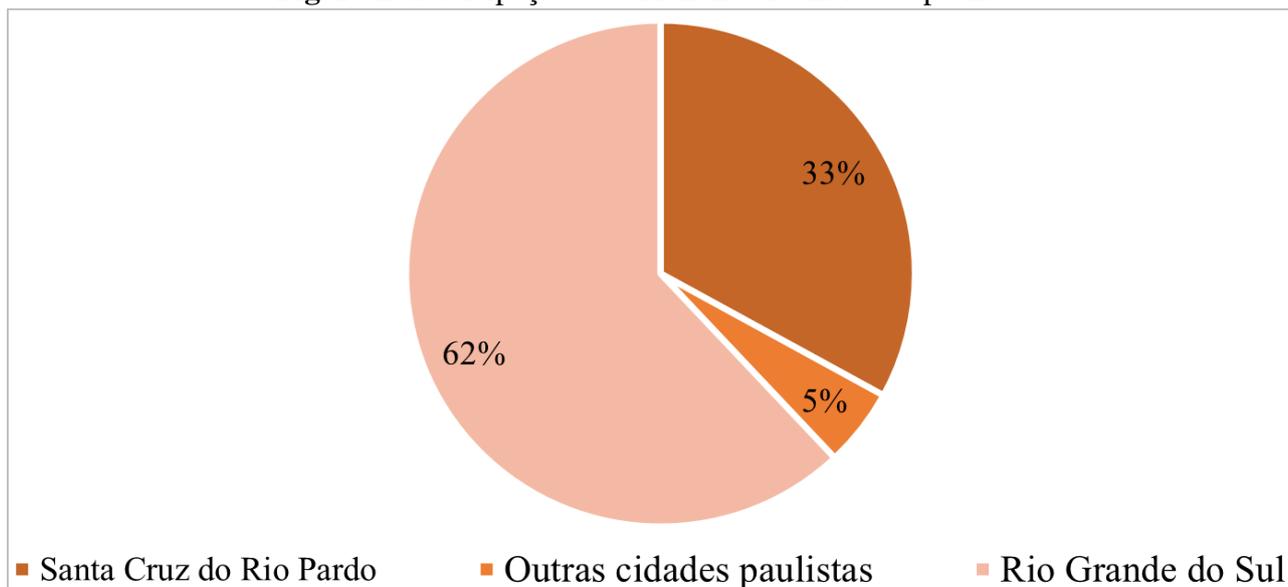
Figura 1: Localização de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: elaborado pela autora

Mediante levantamento de campo realizado nas 6 arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo, estabeleceu-se que a cidade apresenta destaque na participação no beneficiamento de arroz no tocante ao estado de São Paulo, sendo 55% do mercado referente ao interior e 33% no âmbito estadual de forma geral, na medida em que a participação na capital São Paulo e região metropolitana ainda é discreta. Participa de 10% do mercado nacional, liderado pelas arrozeiras gaúchas. Portanto, conforme o gráfico (**Figura 2**), no tocante ao estado de São Paulo, 62% do arroz comercializado tem como origem as arrozeiras do estado do Rio Grande do Sul, 5% é oriundo de outras arrozeiras localizadas no estado de São Paulo e 33%, remetem à soma do arroz beneficiado e comercializado pelas 6 arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo.

Figura 2: Participação das arrozeiras no mercado paulista



Fonte: elaborado pela autora

Após a década de 1960, as mudanças na agropecuária do Centro-Oeste Paulista desencadearam a gênese da indústria de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, mediante a transferência de capital agrário acumulado por pequenos proprietários rurais para as atividades urbanas. Durante as décadas de 1960 e 1970, havia o beneficiamento de soja e café; porém, após a década de 1980, com a diminuição da área relativa aos cafeeiros e a inserção do cultivo de cana-de-açúcar em detrimento da continuidade do cultivo da soja, o beneficiamento daqueles produtos foi finalizado. Quanto à cana-de-açúcar, o cultivo é direcionado ao processamento agroindustrial na usina São Luiz, localizada em Ourinhos, município limítrofe à Santa Cruz do Rio Pardo (FERREIRA DIAS, 2019).

Apesar da especialização no beneficiamento de arroz, o cultivo foi relevante apenas na década de 1950, totalizando 6.852 toneladas em 4.251 hectares (IBGE, 1950). Presentemente não há nenhum hectare cultivado no município, sendo a matéria-prima adquirida a partir de Uruguaiana e o transporte feito através de caminhões. Nesse sentido, cumpre compreender como um município que não produz arroz e adquire essa matéria-prima de um município distante geograficamente desenvolveu a especialização produtiva no beneficiamento desse alimento. A explicação para a especialização produtiva/funcional remete, inicialmente, à iniciativa de agentes sociais locais.

O início da indústria de beneficiamento de arroz refere-se à Michiyoshi Suzuki, que em 1944 adquiriu uma máquina para o beneficiamento do arroz cultivado no município. O beneficiamento era pouco rentável devido ao descascamento através de rolete de pedra, única opção disponível naquele período, o que levava à quebra excessiva dos grãos e à aspereza dos mesmos. Em 1949 Michiyoshi Suzuki desenvolveu o rolete de borracha, elemento mais eficiente no processo de descascamento de arroz, diminuindo a quebra dos grãos e aumentando o lucro obtido através do seu beneficiamento. Dado o sucesso desse invento, foi criada a indústria Máquinas Suzuki/SA.

A empresa contribuiu para o desenvolvimento inicial do setor de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, devido aos preços de peças e máquinas competitivos, bem como se localizava nessa cidade, diminuindo custos com logística, aspecto necessário em função da matéria-prima não ser local. Porém, a consolidação do setor de beneficiamento de arroz santa-cruzense não pode ser creditada apenas a Máquinas Suzuki, pois a empresa passou por um atraso tecnológico. Nesse período, o setor de beneficiamento de arroz passou por um processo de modernização tecnológica e a Máquinas Suzuki não era competitiva em relação ao preço dos equipamentos e à qualidade e eficiência no processo produtivo, sendo comum a contratação de outras empresas para

tais finalidades, dentre elas a Zacarias, a Lucatto e, principalmente, a filial da empresa japonesa Satake. Em 2017, a Máquinas Suzuki encerrou suas atividades.

Atualmente, as arrozeiras contam com um setor de manutenção próprio, a fim de minimizar os custos e a dependência quanto aos serviços de terceiros. Porém, as demandas não supridas localmente são direcionadas à Satake (Joinville-SC), Castilho (Buritama-SP), Reicol (Goiânia-GO), quanto à aquisição de peças, e a Zacharias e Lucato (ambas de Limeira-SP), no tocante à aquisição de máquinas e prestação de serviços não atendidos pelo setor de manutenção das arrozeiras.

Conforme levantamento de campo nas arrozeiras e informações prestadas pelo agente social Munehiro Uchida, na década de 1980, havia cerca de 200 empresas de beneficiamento de arroz no estado de São Paulo, sendo 28 localizadas em Santa Cruz do Rio Pardo. Sobretudo na década de 2000, a maioria das empresas paulistas encerrou suas atividades, desenrolando uma crescente concentração no setor, sendo que a maioria das empresas não conseguiu se manter devido aos problemas de logística e falta de investimentos tecnológicos. Nesse sentido, observou-se a concentração do setor no estado do Rio Grande do Sul. No estado de São Paulo, encontram-se em atividade as empresas santa-cruzenses Solito, Valle Branco, Picinin, São João, Rosalito e Guacira. As outras empresas são a Blue Bom de Ourinhos e a Lago Alimentos, de Leme-SP.

Dentre as cerealistas que encerraram as atividades, destaca-se a Cerealista Manfrim, fundada em 1967 pela família Manfrim. A partir da década de 1990 não conseguiu manter-se competitiva no setor arrozeiro, inserindo um tipo de arroz destinado à alimentação animal. Porém, o produto não foi bem aceito pelo mercado e a atividade foi extinta, encerrando as atividades da empresa. Posteriormente, os proprietários da empresa investiram em um setor cujo mercado e possibilidades eram amplos, os alimentos para cães e gatos. Desse modo, em 2001 fundou-se a Special Dog, atualmente uma das maiores empresas brasileiras desse segmento e que utiliza como parte da matéria-prima o farelo de arroz, resíduo das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo.

A origem das indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo remete à iniciativa de agentes sociais locais e ao contato próximo entre os mesmos. Inicialmente as famílias de imigrantes italianos Pegorer, Manfrim, Zaia, Nardo e Picinin cultivavam milho, feijão, café e, em menor proporção, cana-de-açúcar. A partir da década de 1960, a família Pegorer, precursora no estabelecimento das cerealistas beneficiadoras de arroz, passou a investir o capital acumulado nas atividades agrícolas em máquinas de beneficiamento de arroz oriundas da Máquinas Suzuki. O termo cerealista refere-se ao período em que as empresas ainda não haviam passado pela completa mecanização do processo produtivo, o que ocorreu no final da década de 1990, tornando-se indústrias, embora os agentes sociais entrevistados utilizem o termo “arrozeiras”. Assim, originaram-se as arrozeiras Rosalito, São João e Guacira, cujos proprietários são diferentes agentes sociais da família Pegorer, configurando que o estabelecimento do setor se atrela ao contato próximo associado às relações familiares.

De acordo com informações coletadas na arrozeira Guacira, o sucesso de um membro da família no setor do beneficiamento de arroz estimulava os demais a investirem capitais acumulados em atividades agrícolas nesse setor, explicando assim a forte presença, principalmente da família Pegorer. As demais arrozeiras, Solito, Picinin e Valle Branco, das famílias Zaia, Picinin e Nardo, respectivamente, também apresentam relações com a família Pegorer, envolvendo parentesco, cargos de chefia e gestão. Conforme o agente social da empresa São João, as discordâncias são discutidas em reuniões realizadas frequentemente entre os membros gestores das empresas. As empresas buscam fortalecer suas relações empresariais como forma de consolidar o polo arrozeiro santa-cruzense, a fim de manter-se na concorrência com as empresas gaúchas.

O agente social da São João apontou que os cargos de gestão são passados “de pai para filho”, com a formação profissional e os conceitos da empresa trabalhados constantemente. Apesar disso, nas empresas São João, Solito e Picinin há profissionais que não residem em Santa Cruz do Rio Pardo atuando em funções de gerência de recursos humanos, comercial e finanças, pois os agentes

sociais entrevistados afirmaram que procuram por profissionais qualificados, nem sempre presentes na cidade. Esses profissionais são oriundos de Bauru, Marília e, principalmente, Ourinhos.

Inicialmente as cerealistas beneficiavam outros alimentos, principalmente o café cultivado no município; porém, a partir da década de 1980, concentraram-se apenas no beneficiamento de arroz, cuja matéria-prima é oriunda de Uruguaiana, sendo que, na última década, passou a beneficiar feijão e açúcar. Presentemente, há uma dinâmica que, resumidamente, envolve a aquisição da matéria-prima, logística relativa ao transporte até Santa Cruz do Rio Pardo, beneficiamento e ensacamento, destinação dos resíduos do arroz e, por fim, a distribuição e comercialização do produto.

4. A DINÂMICA DA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ: O CASO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

As empresas de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, embora apresentem origem semelhante, denotam perfis distintos. As diferenças atrelam-se ao porte das empresas, área de atuação (mercado consumidor), produtos beneficiados e comercializados, marcas dos produtos, nível de mecanização e logística quanto ao beneficiamento e distribuição. Outros elementos comuns referem-se à origem da matéria-prima, ao capital local e à utilização de marcas próprias em todos os produtos beneficiados, e ao fato de as rodovias Raposo Tavares (SP -270) e Castello Branco (SP - 280) atravessarem o município, sendo um elemento facilitador do escoamento da produção. Nas **Figuras 3 e 4** observam-se as arrozeiras Picinin e Solito, respectivamente.

Figura 3: Vista Parcial da indústria de beneficiamento Picinin



Fonte: arquivo pessoal da autora

O Brasil é o nono maior produtor mundial de arroz, sendo que a safra brasileira de 2017 (IBGE, 2017) foi de 11,76 milhões de toneladas; porém, não há superávits produtivos que permitam a exportação desse grão, ao contrário, frequentemente o Brasil importa arroz em casca, o qual ainda não passou por nenhum processo de beneficiamento, da Argentina e Paraguai. Conforme o agente social da arrozeira Guacira, as empresas de Santa Cruz do Rio Pardo adquirem a matéria-prima de Uruguaiana, dado que há estruturas de armazenamento nessa cidade pertencentes às arrozeiras santacruzenses e em decorrência de acordos com fornecedores locais. Porém, ocasionalmente, no caso de quebra de safra, é comum a importação do arroz não beneficiado de países como Argentina e Uruguai.

Figura 4: Vista parcial da indústria de beneficiamento Solito



Fonte: arquivo pessoal da autora

Entretanto, o Rio Grande do Sul lidera o cultivo de arroz em áreas alagadas e o Mato Grosso do Sul em terras altas ou sequeiros, constituindo estados superavitários no plantio de arroz, atendendo as partes deficitárias (**Figura 5**). De acordo com o agente social da arrozeira Picinin, a dinâmica permanece a mesma, porém pondera que é bastante recorrente a necessidade de importação de arroz em casca oriundo de outros países sul-americanos.

Desconsiderando o fato de que o Brasil frequentemente precisa importar arroz, de maneira geral, o Nordeste brasileiro, com exceção do Maranhão, e todos os estados do Sudeste não produzem arroz que atenda suas demandas, sendo deficitários. Na região Norte, Roraima e Tocantins atendem à demanda existente com o arroz cultivado em terras altas. Porém, Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul, abastecem também os estados com produção de arroz em terras altas, pois o arroz irrigado apresenta maior qualidade do ponto de vista do mercado consumidor. No Sudeste, cujo mercado é mais exigente, o arroz irrigado é oriundo dos estados sulistas (FERREIRA; WANDER, 2005).

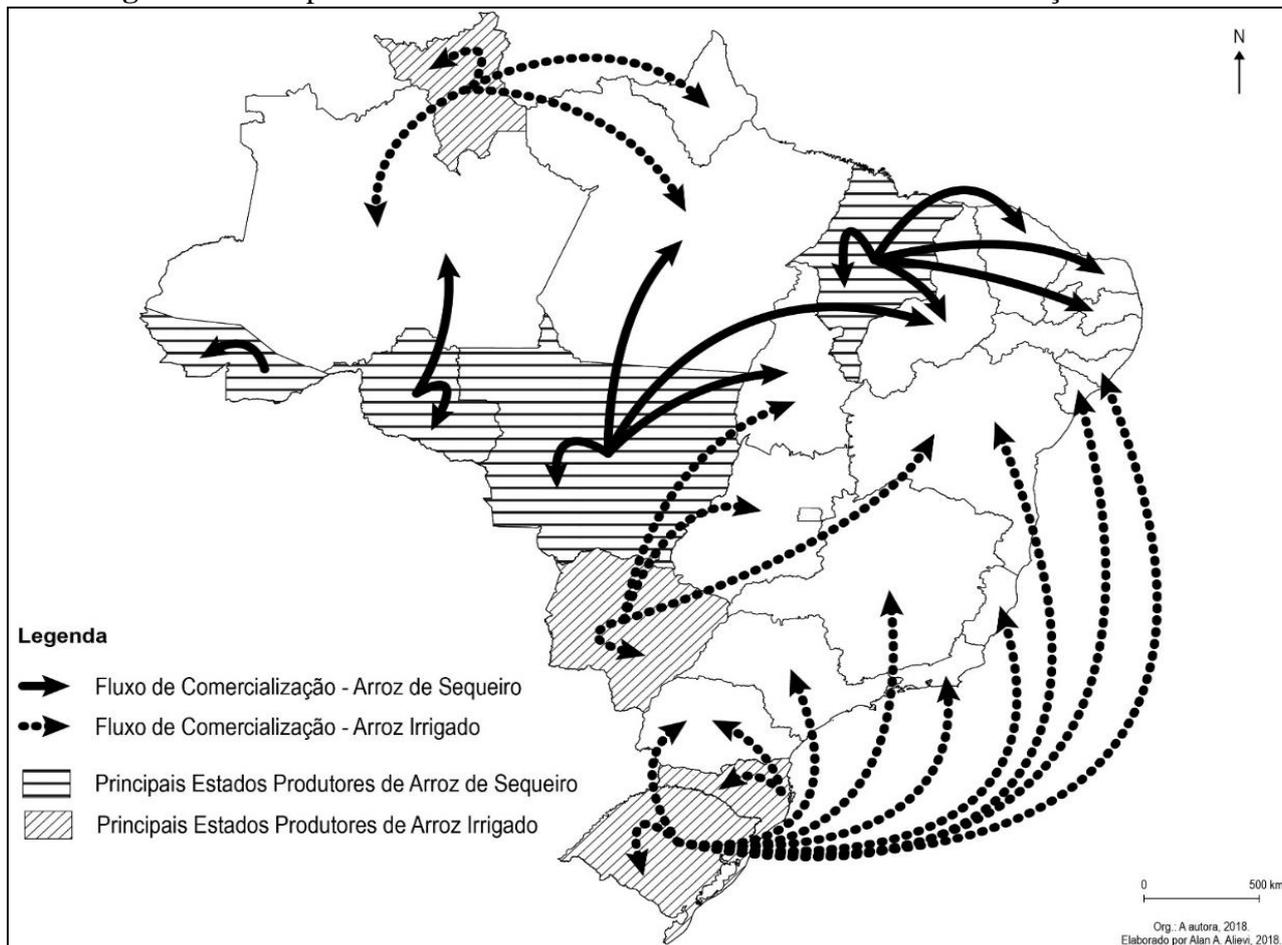
A Figura 5 apresenta os fluxos de produção e comercialização de arroz no Brasil, polarizado em duas regiões: o arroz irrigado na região Sul, que atende Sul, Sudeste, parte do Centro-Oeste, Norte e Nordeste e, por outro lado, o arroz cultivado em terras altas, que atende o Nordeste e Norte. Porém, a indústria de beneficiamento do arroz, que consiste no descascamento, polimento, seleção, empacotamento e distribuição do grão não está necessariamente atrelada ao plantio, pois, embora o estado do Rio Grande do Sul apresente a liderança no âmbito nacional tanto no plantio quanto no beneficiamento, o processo produtivo de beneficiamento pode ocorrer de forma dissociada ao plantio, dado o fato de esse grão não se degradar rapidamente, podendo ser transportado e beneficiado em outro local, como é o caso de Santa Cruz do Rio Pardo.

De tal modo, compreende-se, mediante a observação da Figura 5, que: 1) há estados em que ocorre o superávit de arroz na modalidade irrigado ou terras altas; 2) os estados com produção excedente de arroz beneficiam o arroz e distribuem para os estados deficitários; 3) há casos em que não se produz arroz, porém se beneficiam montantes relevantes, sendo o arroz transportado ainda na condição com casca ou sem a mesma, porém sem o beneficiamento em si.

O arroz beneficiado em Santa Cruz do Rio Pardo é oriundo de Uruguaiana e o transporte até a cidade envolve um deslocamento de 1.398 km, realizado através de caminhões, sendo os trabalhadores vinculados às arrozeiras. Porém, a necessidade de diminuir custos é frequente, pois o percentual de lucro é estimado, conforme o agente social da arrozeira São João, em apenas 2 ou 3 %

e a distância em relação à matéria-prima. Uma das dificuldades refere-se ao peso extra associado à casca, tornando o frete 12% mais caro e, nesse sentido, as arrozeiras São João e Rosalito possuem filiais das respectivas empresas em Uruguaiiana, com o intuito de fazer, além da carga do produto, o descascamento do mesmo, enviando o arroz sem casca para Santa Cruz do Rio Pardo, onde se dá o beneficiamento.

Figura 5: Principais Estados Produtores de arroz e fluxos de comercialização de arroz



Fonte: Adaptado de Ferreira e Wander (2005).

Assim, a São João e a Rosalito, ao realizarem o descascamento na unidade de Uruguaiiana, eliminam o peso extra da casca quanto ao frete do grão, porém não eliminam o problema da destinação desse resíduo. Diversos autores, dentre eles Walter e Rossato (2010), têm apontado os problemas ambientais causados pelo destino inadequado da casca de arroz no Rio Grande do Sul, o que se transforma em um problema devido ao montante produzido, pois esse estado é o principal produtor de arroz do Brasil. A maior parte desse resíduo é lançado em depósitos a céu aberto e geram grandes quantidades de gás metano (CH₄). Por outro lado, parte dos resíduos é abandonada nas margens dos rios, causando danos à água.

As arrozeiras têm realizado o denominado frete reverso, sendo uma das estratégias para a diminuição dos custos de produção, coletando arroz em Uruguaiiana e enviando para Santa Cruz do Rio Pardo e, no sentido oposto, enviando açúcar beneficiado e com as marcas das empresas paulistas sendo comercializadas no Rio Grande do Sul. As arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo iniciaram, em meados da década de 2000, conforme o agente social da Rosalito, o beneficiamento de outros produtos utilizando a capacidade ociosa, apesar de o arroz representar mais de 90% do faturamento das arrozeiras. Parcela do açúcar produzido pela Usina São Luiz de Ourinhos é vendida às arrozeiras

de Santa Cruz do Rio Pardo, que realizam o processo de beneficiamento, eliminando impurezas e empacotando.

As empresas Picinin, São João, Solito e Valle Branco beneficiam e comercializam açúcar do tipo cristal e extrafino nos mesmos pontos de venda nos quais atuam no estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul, utilizando o frete de volta. O mesmo ocorre quanto ao feijão, cujo beneficiamento é um processo menos complexo do que o do arroz, envolvendo a limpeza do grão, seleção e o empacotamento, sendo a matéria-prima oriunda principalmente do estado do Paraná. Com exceção da Guacira, todas as demais arrozeiras apresentam o beneficiamento de feijão, inserindo suas marcas. Os tipos comercializados são: carioca, preto, gourmet, fradinho, branco, corda, jalo, rosinha e rajado.

No Brasil, consomem-se em média 40 kg per capita anuais de arroz, bastante distante do patamar asiático, de aproximadamente 100 kg per capita anuais. De acordo com Medeiros (2009), o efeito das políticas públicas federais, como o Bolsa Família, teve papel importante no aumento da demanda por arroz, pois parcelas de menor poder aquisitivo passaram a obter acesso ao alimento industrializado apenas mediante o programa governamental, aumentando a demanda pelo produto.

Conforme o agente social da Guacira, a partir da década de 2000 as arrozeiras santa-cruzenses aumentaram em 300% a quantidade de arroz beneficiado, coincidindo com o fato de que nesse mesmo período a maioria das arrozeiras do estado de São Paulo encerraram suas atividades devido a problemas de concorrência no setor, principalmente em relação às arrozeiras gaúchas. No caso das empresas de Santa Cruz do Rio Pardo, ocorreu um processo de reestruturação produtiva, consistindo na total mecanização do beneficiamento, sendo empregados capitais acumulados com essa atividade industrial em si e com atividades agrícolas, notadamente o arrendamento de terras para o cultivo de cana-de-açúcar. Essa reestruturação permitiu que as empresas de Santa Cruz do Rio Pardo se mantivessem competitivas e ampliassem sua área de atuação no tocante ao estado de São Paulo.

Conforme os agentes sociais das arrozeiras, o polo arrozeiro de Santa Cruz do Rio Pardo beneficia mensalmente 60.000 toneladas de arroz, e as arrozeiras São João e Solito apresentam ainda grande capacidade ociosa, podendo aumentar a produção se houver demanda.

As arrozeiras Solito, Picinin, Valle Branco e Guacira transportam o arroz em casca de Uruguaiana até Santa Cruz do Rio Pardo, e em contrapartida ao encarecimento do frete, as empresas comercializam o resíduo da casca de arroz com a empresa santa-cruzense Cidal, especializada na comercialização e transformação industrial dos resíduos da casca de arroz. De acordo com o agente social da empresa Cidal, trata-se de uma das poucas empresas brasileiras desse segmento, uma vez que o destino comumente dado à casca do arroz é a deposição em lugares inadequados e, em menor proporção, a doação para agricultores, a fim de ser utilizado como adubo.

A Cidal foi fundada em 2002, momento em que o setor arrozeiro passou por crescimento quanto à quantidade de arroz beneficiado, com a finalidade de atender esse segmento econômico. O entrevistado apontou que a preocupação ambiental existe principalmente em decorrência dos dispositivos ambientais expostos no Plano Diretor de Santa Cruz do Rio Pardo. A empresa gera 15 empregos diretos e realiza a transformação industrial da casca, comercializando o produto, o qual serve de matéria-prima para outras atividades econômicas e até mesmo geração de energia. Os principais destinos do produto gerado pela Cidal são a agroindústria processadora de cana-de-açúcar Raízen, localizada em Ipaussu (SP), as indústrias siderúrgicas de Rezende (RJ) e o setor aviário do município de Bastos (SP). No caso da Raízen, o material é utilizado para a geração da energia utilizada pela empresa. Em Bastos, o material compõe parte dos aviários. Em Rezende, o material é utilizado na indústria siderúrgica, como isolante térmico.

A partir do beneficiamento do arroz também é gerado um resíduo do arroz, o farelo. Todas as arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo comercializam esse material com a indústria de alimentos para cães de gatos Special Dog, a qual utiliza o farelo na composição da ração seca. Conforme a agente social da Special Dog, o farelo de arroz, resíduo das arrozeiras, compõe a ração animal, porém o montante nem sempre é suficiente, adquirindo ocasionalmente o farelo originário de arrozeiras

gaúchas. A agente social relatou que a presença das arrozeiras é muito benéfica, pois se eliminam os custos com o transporte do farelo de arroz.

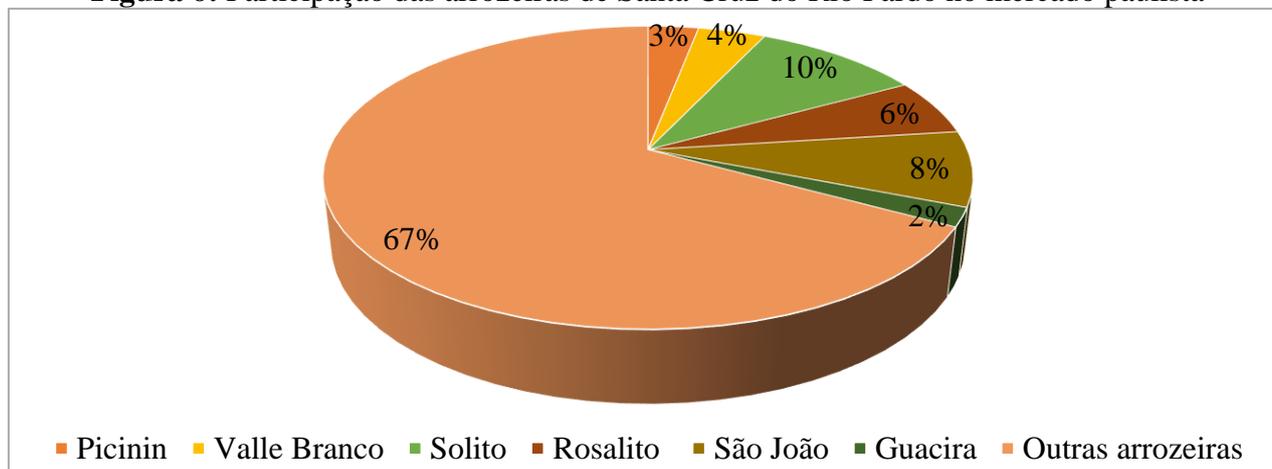
O processo do beneficiamento do arroz em si inicia-se com o descascamento do arroz, seguido pela separação do grão quebrado do inteiro, sendo este beneficiado para fins de consumo humano. O passo seguinte refere-se a brunir o arroz, processo que consiste em remover a película e o germe, polindo o grão. Nesse ponto determina-se o arroz integral ou branco, considerando a forma como esse processo é efetuado, pois mantendo-se o germe, tem-se o arroz integral, e ao removê-lo, resulta-se no arroz branco. Em seguida, realiza-se a separação do grão, que consiste em separar as impurezas ainda presentes no grão de arroz e eliminar aqueles grãos que não tiveram a película retirada no processo de brunir.

A partir disso, o grão já pode ser empacotado; porém, em razão da crescente demanda pela qualidade do arroz, as empresas têm criado linhas “gourmet”, que consistem no arroz de melhor qualidade, separados por máquinas selecionadoras automáticas. As embalagens utilizadas são oriundas da empresa Cristal, de Morro da Fumaça-SC. Todas as arrozeiras santa-cruzenses possuem laboratório de qualidade e também desenvolvem estudos frequentes para melhorar a qualidade dos produtos. Desde meados da década de 2010, a automação tornou-se completa, entre o descascamento e empacotamento, existindo diferenças no processo de seleção e classificação do arroz e também no enfardamento, na maioria das empresas automatizado, feito por robôs paletizadores. O termo robotização foi utilizado pelos empresários do setor arroseiro. Trata-se do processo automatizado de enfardamento dos pacotes de arroz, realizado por um robô. A empresa Magnoflux, de Birigui-SP, foi apontada como a principal fornecedora desses equipamentos.

Sobre o principal produto oriundo do beneficiamento, o arroz tipo 1, as arrozeiras possuem marcas próprias, com diferentes qualidades, pois, devido ao aumento da renda per capita na última década, o consumidor tem melhores condições econômicas para pagar por um produto de melhor qualidade, significando o arroz mais branco e menos quebrado possível. Com menor demanda, há o arroz tipo 2, beneficiado e comercializado por todas as arrozeiras, ao passo que o tipo 3 é comercializado pela Valle Branco e Picinin. O arroz parboilizado, apesar de suas qualidades nutricionais, também é um produto secundário, porém comercializado por todas as arrozeiras, caso semelhante ao arroz integral.

Conforme o gráfico (**Figura 6**), as arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo somam 33% de participação no mercado paulista, lideradas pela Solito (10%) e São João (8%). Com 6% de participação, há a Rosalito, seguida pela Valle Branco (4%), Picinin (3%) e Guacira (2%). As demais arrozeiras somam 67% da participação. Essa participação foi apontada pelo agente social da Rosalito e refere-se à comercialização do arroz tipo 1. Os demais 67% referem-se à participação das arrozeiras gaúchas, Blue Bom (Ourinhos) e Lago (Leme).

Figura 6: Participação das arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo no mercado paulista



Fonte: Elaborado pela autora.

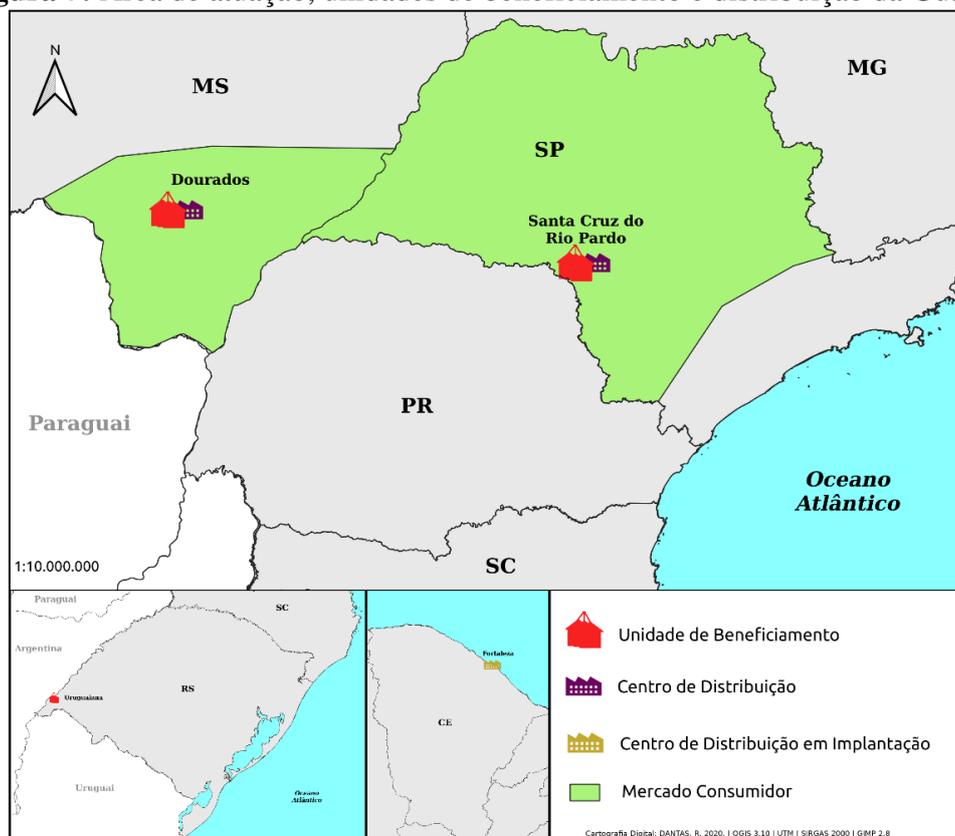
5. ÁREA DE ATUAÇÃO DAS ARROZEIRAS, BENEFICIAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO ARROZ

A partir dos levantamentos de campo realizados nas arrozeiras, por meio de entrevistas semiestruturadas, identificou-se a área de atuação das arrozeiras, beneficiamento e distribuição do arroz, as quais diferem substancialmente.

As diferenças entre as arrozeiras envolvem a área de atuação (mercado consumidor), as unidades de beneficiamento e a comercialização do arroz. A peculiaridade da Guacira (**Figura 7**), é o fato de o mercado consumidor majoritário ser o estado do Mato Grosso do Sul, pois 55% da produção é vendida nesse estado, motivo pelo qual há uma unidade de beneficiamento e um centro de distribuição na cidade de Dourados (MS). Quanto à produção santa-cruzense, o arroz é vendido no interior paulista e a unidade emprega 45 trabalhadores. Na unidade de Uruguaiana há a estrutura de carga, secagem e descarga de arroz.

A Guacira também se diferencia das demais arrozeiras pelo fato de importar e comercializar diversas variedades de arroz gourmet, caso do tipo basmati, vermelho e preto. Encontra-se em implantação um centro de distribuição em Fortaleza (CE), com a finalidade de comercializar, inicialmente, alguns produtos importados (molho de pimenta, massas, azeite, porém com outras marcas) pela empresa e as variedades de arroz gourmet. Desse modo, a forma das interações econômicas desempenhadas pela Guacira sobressai a escala local, devido aos vínculos com Uruguaiana, Fortaleza e Dourados. A importação de alimentos revela ainda relações que sobressaem o território brasileiro.

Figura 7: Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da Guacira



Fonte: Elaborado pela autora.

A Rosalito tem como principal mercado consumidor o interior paulista e emprega 160 trabalhadores na unidade de beneficiamento e distribuição de Santa Cruz do Rio Pardo. A empresa possui um centro de beneficiamento em Uruguaiana, a fim de fazer o descascamento do arroz e,

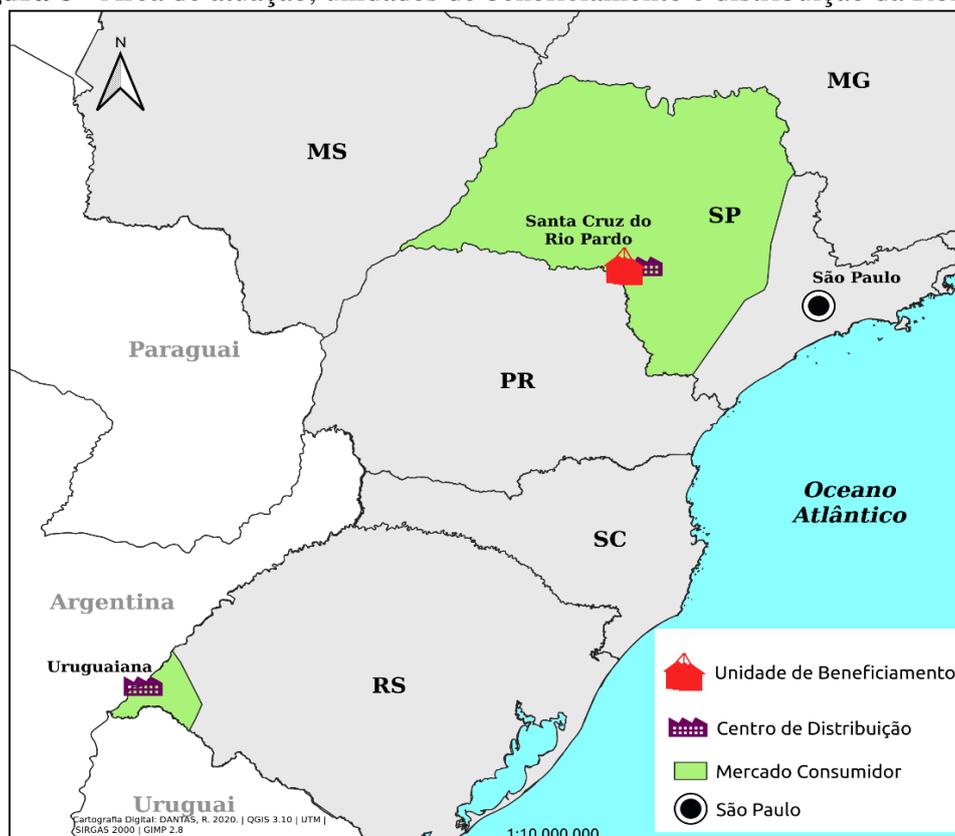
recentemente, inaugurou um centro de distribuição, comercializando o feijão e o arroz da marca paulista (**Figura 8**). Portanto, a empresa não realiza a comercialização do resíduo do arroz com a Cidal, embora comercialize o farelo oriundo do beneficiamento, na unidade de Santa Cruz do Rio Pardo, com a Special Dog.

Diferentemente das demais arrozeiras, a São João e a Solito estão inseridas na capital paulista, mediante a existência de centros de distribuição na cidade de Barueri-SP. Embora o interior paulista seja o principal mercado dessas empresas, a Grande São Paulo é a área de expansão, sendo os produtos comercializados nas grandes redes varejistas Carrefour, Walmart, Pão de Açúcar, Extra, etc. Ao contrário, no interior paulista, o arroz beneficiado pelas arrozeiras é comercializado em supermercados e mercearias de menor porte.

Em 2013, a São João (**Figura 9**) inaugurou uma unidade de beneficiamento em Uruguaiana a fim de fazer o descascamento do arroz e, através do frete de volta, comercializar arroz beneficiado e outros produtos, destacando-se o açúcar. Na unidade de beneficiamento e distribuição de Santa Cruz do Rio Pardo há 330 funcionários diretos, e nas unidades de Uruguaiana e São Paulo, somam-se 30 trabalhadores. A São João também comercializa o arroz beneficiado no Norte do estado do Paraná e em parte do Sul de Minas Gerais.

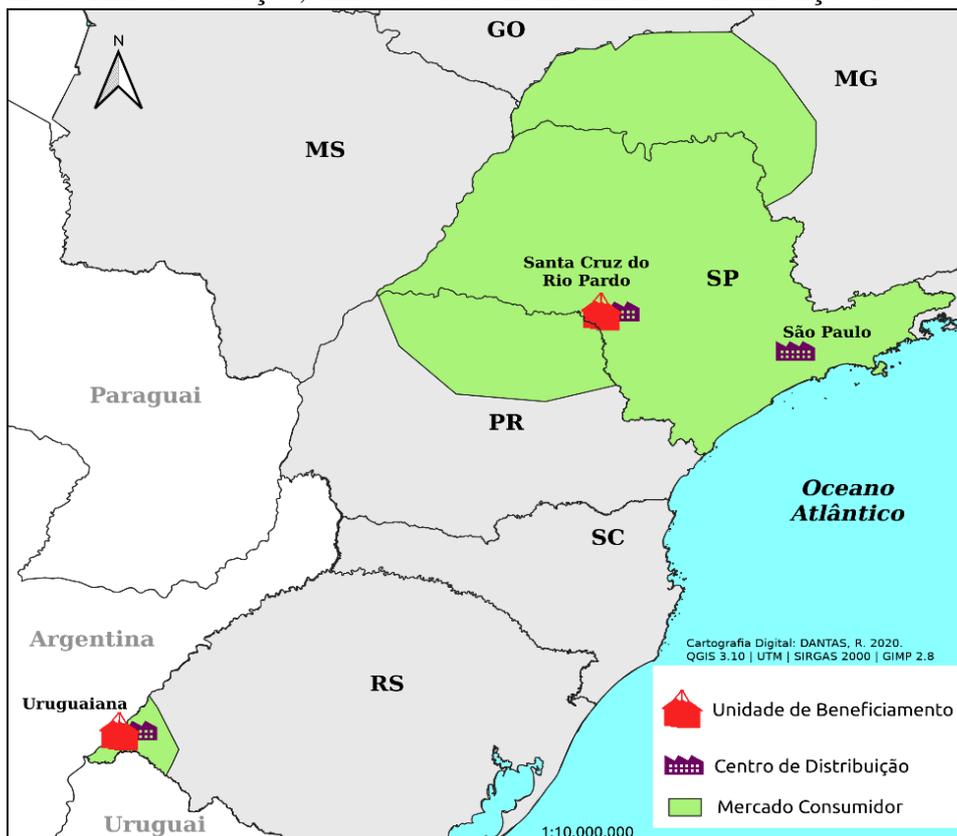
Apesar de ser a maior arrozeira de Santa Cruz do Rio Pardo quanto à quantidade de arroz beneficiado e capacidade de expansão produtiva, o mercado consumidor da Solito (**Figura 10**) refere-se somente ao estado de São Paulo. A empresa emprega 300 trabalhadores diretos. Na unidade em Uruguaiana, realiza-se a carga e descarga de arroz, sem, portanto, passar pelo processo de beneficiamento em si.

Figura 8 - Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da Rosalito



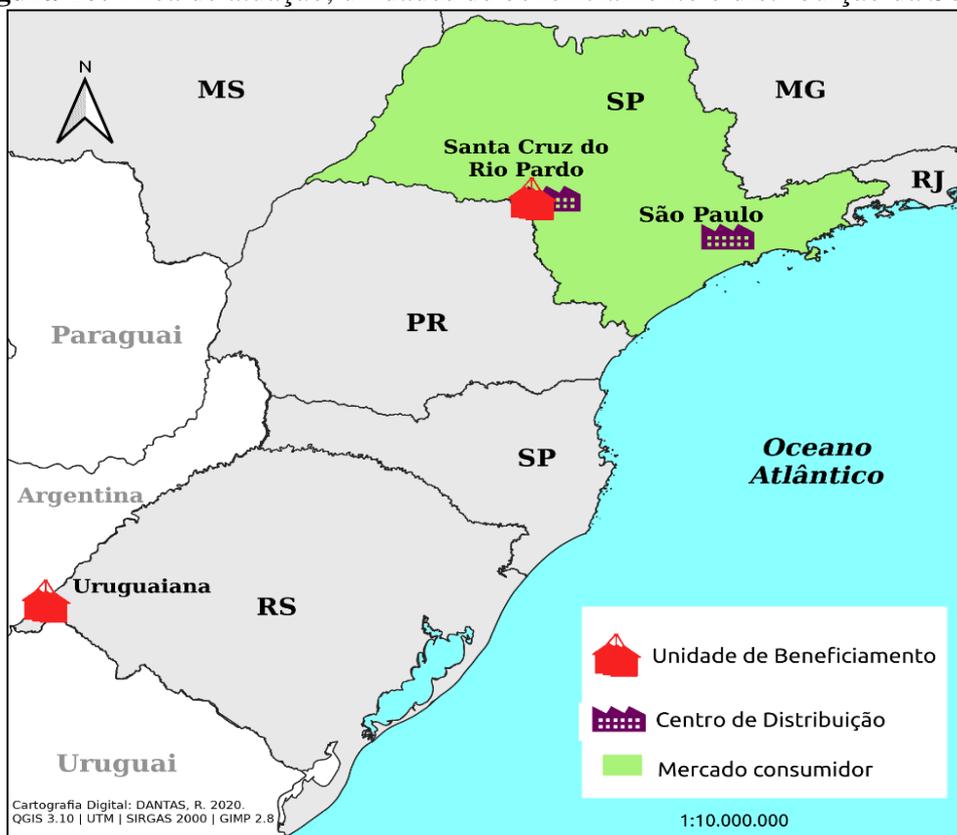
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 9: Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da São João



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10: Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da Solito



Fonte: Elaborado pela autora.

A Valle Branco (**Figura 11**) emprega 60 trabalhadores na unidade de beneficiamento e distribuição em Santa Cruz do Rio Pardo. A empresa não possui unidade de beneficiamento em Uruguaiana, e o mercado consumidor restringe-se ao interior paulista, principalmente o Centro-Oeste paulista. Por não possuir unidade em Uruguaiana, a empresa, a exemplo da Picinin, utiliza o frete terceirizado para finalidade da aquisição da matéria-prima.

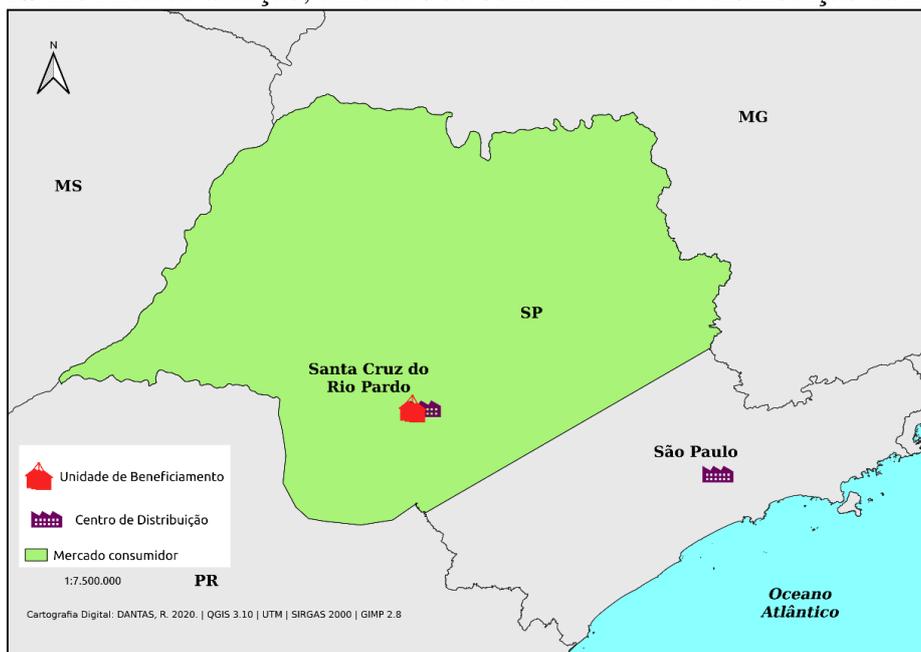
Figura 11: Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da Valle Branco



Fonte: Elaborado pela autora.

A Picinin (**Figura 12**) atua no interior de São Paulo e também na região Norte Pioneiro do Paraná, e devido à inexistência de um centro de distribuição, não comercializa seus produtos na Grande São Paulo. A arrozeira também não possui unidade de beneficiamento em Uruguaiana.

Figura 12: Área de atuação, unidades de beneficiamento e distribuição da Picinin



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante frisar que a expansão da comercialização do arroz esbarra em alíquotas estaduais, conforme apontaram os entrevistados; porém, o motivo principal é a logística de escoamento da produção. A necessidade de centros de distribuição se faz real, pois o escoamento feito por caminhões torna-se inviável em distâncias maiores que 800 km. No caso da existência de centros de distribuição na Grande São Paulo, o motivo refere-se, dentre outros, aos deslocamentos, que obedecem às legislações urbanísticas distintas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atribui-se como elementos que subsidiaram a especialização produtiva: 1) o aporte técnico inicial da Máquinas Suzuki, facilitando o início da atividade de beneficiamento; 2) o contato próximo descrito por Fresca (2009), embora no caso de Santa Cruz do Rio Pardo se deva adicionar o elemento das relações familiares; 3) embora distante da matéria-prima, há competitividade com as arrozeiras gaúchas devido à proximidade com o principal mercado consumidor brasileiro e, em decorrência dos investimentos tecnológicos, reduzem-se custos de produção; 4) a gestão das empresas, embora individuais, passa por discussões que envolvem todas as arrozeiras, buscando soluções para manter a competitividade; 5) as rodovias Castello Branco (SP - 280) e Raposo Tavares (SP - 270) facilitam o escoamento da produção; 6) as alternativas empregadas para diminuir os custos de produção, como frete de volta e o descascamento do grão nas unidades de beneficiamento localizadas em Uruguaiana (São João e Rosalito); 7) a comercialização da casca do arroz (Solito, Picinin, Vale Branco e Guacira) com a Cidal, que além da destinação adequada do resíduo, gera lucros; 8) todas as arrozeiras comercializam o farelo do arroz com a Special Dog, também possibilitando a geração de lucros.

Há uma cadeia produtiva que envolve distintos elementos, iniciando-se com a origem da matéria-prima, em Uruguaiana, onde parcela das arrozeiras santa-cruzenses mantém unidades de beneficiamento para descascamento dos grãos e/ou secagem e apoio logístico. Há a prática do frete de volta, o qual possibilita a comercialização de outros produtos no estado gaúcho (açúcar). A existência da Cidal, empresa especializada na comercialização dos resíduos do arroz, ou seja, da casca, completa a cadeia produtiva, associada à Special Dog, que utiliza o farelo do arroz na composição das rações e ao mesmo tempo serve de alternativa para a destinação desses componentes que não são úteis e nem comercializáveis pelas arrozeiras.

Conclui-se que, apesar de Santa Cruz do Rio Pardo ser uma pequena cidade do ponto de vista populacional e exercer o papel de centro de zona (IBGE, 2008), o que por si denotaria interações econômicas restritas a poucas cidades da mesma rede urbana, de fato, corroboram-se os apontamentos de Fresca (2009), pois a cidade insere-se, em decorrência da especialização produtiva no beneficiamento de arroz, em outras redes urbanas, que sobressaem a rede de localidades centrais.

A especialização produtiva ocorre em Santa Cruz do Rio Pardo devido à expressiva participação na comercialização do arroz tipo 1, principalmente no âmbito do estado de São Paulo; ao fato de ser a única cidade que atua de forma relevante no beneficiamento de arroz, com exceção das cidades do Rio Grande do Sul, líder do setor; as interações econômicas de Santa Cruz do Rio Pardo sobressaem a rede urbana de Ourinhos em decorrência da efetivação da cadeia produtiva do arroz e pela relevância que a cidade tem no setor.

AGRADECIMENTOS

À Capes, pela concessão da bolsa de pesquisa de doutoramento, da qual originou este artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P.; FRESCA, T. M. **Produção industrial em pequenas cidades e reinserção na rede urbana: O caso de Assaí-PR**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: UFGRS, 2010.

AMORIM FILHO, O; SERRA, R. V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2001.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Arranjos Produtivos Locais - APL**, 2018. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais#:~:text=Arranjos%20Produtivos%20Locais%20\(APLs\)%20s%C3%A3o,locais%2C%20tais%20como%3A%20governo%2C](http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais#:~:text=Arranjos%20Produtivos%20Locais%20(APLs)%20s%C3%A3o,locais%2C%20tais%20como%3A%20governo%2C). Acesso em: 14 jul. 2020.

CORRÊA, R. L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 30, p. 05-12, 2011.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando o Papel das Pequenas Cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERREIRA, C. M; WANDER A. E. **Mudanças na distribuição geográfica da produção e consumo do arroz no Brasil**. Informações Econômicas, São Paulo, v.35, p. 36-46, 2005.

FERREIRA DIAS, F. **Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos-SP: Agronegócio e Especialização Produtiva**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

FRESCA, T. M. **Industrialização recente da rede urbana do norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 24, n.1, p. 129-146, 2011a.

FRESCA, T. M. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2011b.

FRESCA, T. M. **Pequenas cidades da rede urbana norte-paranaense e especialização em produção industrial: reinserções complexas**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2009, Curitiba. Anais...Curitiba, UFPR, 2009.

FRESCA, T. M. **A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais...São Paulo, USP, 2005.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. **Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé/PR**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 23, n.3, p. 387-396, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da população 2018**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados Censitários de 1950**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.

MEDEIROS, M. C. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 - 2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORE. **Mecanismo online para referências, versão 2.0**. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 19. mai. 2021.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, L. A. **A Gênese e a Dinâmica das Fábricas de Mesa para Bilhar no Centro-Sul do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

VEIGA, L.A. **Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VEIGA, L. A.; FRESCA, T. M. **A Locação de Mesas para Bilhar no Sul do Brasil: industriais de Jaguapitã-PR e o Mercado Consumidor no Rio Grande do Sul**. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 28, n.1, p. 93-102, 2010.

WALTER, J. P.; ROSSATO, M. V. **Destino do resíduo casca de arroz na microrregião de Restinga Seca - RS: um enfoque à responsabilidade socioambiental**. *In: VI Congresso Nacional de Excelência de Gestão*, 2010, Niterói. Anais... Niterói, UFF, 2010.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.